

**AS REFORMAS DO ENSINO COMERCIAL BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE DE ESCOLAS COMERCIAIS DE PORTO ALEGRE/RS (1909-1982)**

Eduardo Cristiano Hass da Silva¹

Resumo: Dentre as modalidades do ensino técnico brasileiro, o ensino comercial pode ser destacado como um dos que mais sofreu transformações a partir de decretos por parte do Estado. A oficialização desta habilitação de ensino se dá com o Decreto nº 1.339, de 1905, que reconhece como oficial os diplomas fornecidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. No ano de 1926 é assinado Decreto nº 17.329, que reconhece os cursos comerciais de caráter geral, superior e de especialização. Durante a Era Vargas (1930-1945) (DINIZ, 1999), duas reformas atingem diretamente esta modalidade de ensino, sendo a Reforma Francisco Campos, de 1931 e as Leis Orgânicas do Ensino Comercial de 1943. Após não sofrer alterações com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, a Reforma do Ensino de 1971 faz do Ensino Comercial uma habilitação do Ensino de segundo grau. Como essas diferentes reformas atingiram as Escolas Comerciais? Como as instituições adequaram-se a tantas mudanças? Como as reformas modificaram a formação de contadores/contabilistas? São estes questionamentos que guiam o presente estudo, que analisa especificamente instituições comerciais da cidade de Porto Alegre/RS, entre os anos de 1909-1982. O referencial teórico empregado está ligado à História Cultural e à História da Educação e Cultura Escolar. Dentre os teóricos da História Cultural, destacam-se Burke (2005), Chartier (2002), e Ginzburg (1989) e, dentre os referenciais da História da Educação e Cultura Escolar, utiliza-se Julia (2001), Viñao Frago (1995), Nosella e Buffa (2009) e Stephanou e Bastos (2005). Os documentos são diversos, sendo escritos, iconográficos e orais (RICOEUR, 2007), analisados a partir de metodologias específicas: análise de periódicos (LUCA, 2005), História Oral (ALBERTI, 2004; GRAZZIOTIN, ALMEIDA, 2012), análise de Imagens (MAUAD, 1996), entre outros. Os resultados mostram as particularidades de adaptação de cada instituição e, fazem parte da dissertação de mestrado defendida pelo autor.

Palavras-Chave: História da Educação. História do Ensino Comercial. Ensino Comercial Sul-rio-grandense. História das Instituições Escolares

INTRODUÇÃO²

¹ Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutorando em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, bolsista CNPq. E-mail: eduardo.cristiano@acad.pucrs.br.

² Parte do trabalho aqui elencado resulta da pesquisa de mestrado realizada pelo autor, na qual foi analisada especificamente a Escola de Comércio do Colégio Farrroupilha de Porto Alegre - RS. Mais do que apresentar os resultados obtidos, este ensaio problematiza algumas questões que poderão ser discutidas durante o doutoramento. Para saber mais sobre a pesquisa, ver Silva (2017).

Considerando as diferentes reformas educativas referentes ao ensino comercial brasileiro, este trabalho objetiva analisar como estas reformas interferiram na constituição das escolas de comércio de Porto Alegre – RS. O recorte temporal adotado (1909-1982) justifica-se pelo ano de 1909 marcar a fundação da Escola de *Commércio* de Porto Alegre, tida para Barbosa e Ott (2013) como consolidação do Ensino Comercial no Rio Grande do Sul. O ano de 1982 é o ano da formatura da última turma de técnicos contabilistas formados pela Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha³, a última instituição elencada na pesquisa.

Dessa forma, o texto está estruturado em três blocos. No primeiro, apresento a trajetória do ensino comercial brasileiro a partir da análise das diferentes reformas sofridas por essa modalidade de ensino. O segundo momento destina-se à uma contextualização da história do ensino comercial no Rio Grande do Sul, atentando para os principais marcos e instituições. O terceiro bloco centra-se especificamente em algumas instituições da cidade de Porto Alegre, das quais duas são tomadas para estudo, o Curso Comercial Mauá e a Escola de *Commércio* de Porto Alegre. Para finalizar, aponto algumas trajetórias a serem seguidas, destacando algumas possibilidades de estudo.

ENSINO COMERCIAL BRASILEIRO

De acordo com Silva (2017), a criação das primeiras aulas de comércio no Brasil se dá a partir da vinda da Família Real para a Colônia, em 1808. Nesse contexto, decreta-se a chamada Abertura dos Portos, vista por Lopes de Sá (2008) como uma forma de a Inglaterra escoar para o Brasil parte significativa de suas mercadorias, fazendo com que a cidade do Rio de Janeiro receba grande número de comerciantes ingleses. Além disso, o autor destaca que a vinda de Dom João VI reforçou por Alvará a obrigação do método das partidas dobradas nos registros da Fazenda Real. Essas e outras mudanças ocorridas na sociedade colonial geraram a necessidade de criação das primeiras “Aulas” ou “Escolas de Comércio” no Brasil, aprovadas por D. João VI em 1809.

Segundo Chaves (2007), a criação dessas primeiras aulas de comércio se dá em três importantes praças mercantis: Rio de Janeiro em 1810, Salvador em 1815 e Recife em 1816. O aumento da necessidade de profissionais habilitados para o trabalho comercial ocorre com a

³ Embora a última turma tenha formado-se em 1982, destaca-se que a Escola de Comércio Farroupilha ainda funcionou em alguns meses de 1983, fazendo o serviço administrativo de encerramento das atividades educativas.

implementação do Código Comercial do Império Brasileiro, de 1850, que estabelece a obrigatoriedade da escrituração e do levantamento de balanço nos cálculos comerciais. A especificidade destas técnicas contábeis leva à necessidade de criação de novas instituições para ensiná-las.

Embora as primeiras escolas comerciais tenham sido criadas em 1810, apenas em 1905 teremos um decreto específico para o Ensino Comercial. O decreto nº 1.339/1905 declara instituições de utilidade pública a Academia de Comercio do Rio de Janeiro, reconhecendo os diplomas por ela conferidos como de caráter oficial. No ano de 1926 teremos o decreto nº 17.329, que reconhece os cursos de caráter geral, superior e especialização.

Após essas experiências, é durante a Era Vargas que o Ensino Comercial recebe maior atenção por parte do Estado, a partir de dois decretos: decreto nº 20.158/1931, parte das chamadas Reformas Francisco Campos, que organiza o Ensino Comercial e regulamenta a profissão de contador e, decreto nº 6.141, que legisla sobre a organização do Ensino Comercial, os cursos de formação, os cursos de continuação e de aperfeiçoamento, a organização escolar e o regime disciplinar dos cursos comerciais. Na Reforma do Ensino de 1971 que o ensino comercial será novamente regulado, passando a ser conhecido como técnico em contabilidade, uma das habilitações do 2º Grau.

Como podemos observar, desde o Código Comercial do Império Brasileiro de 1850, até a Reforma do Ensino de 1971, essa modalidade de ensino passou por uma série de modificações. Como essas mudanças se deram em âmbito regional do Rio Grande do Sul?

O ENSINO COMERCIAL NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, assim como no Brasil, a história do ensino comercial está intimamente ligada ao desenvolvimento da contabilidade. Para falar da História da Contabilidade no estado, Barbosa e Ott (2013) propõem uma periodização a partir de três momentos distintos, sendo eles: primeiras evidências (1850-1870), fortalecimento (1880-1909) e consolidação (a partir de 1909). De acordo com os autores, a história da contabilidade no Rio Grande do Sul está construída sob dois elementos distintos, porém indissociáveis, que seriam as práticas profissionais e o ensino formal.

As “Primeiras Evidências” (1850-1870) correspondem ao início da contabilidade no Rio Grande do Sul, associado à necessidade de profissionais para atuarem nas atividades comerciais. A ausência de documentação do período traz incertezas sobre ele, mas permite associar o surgimento da contabilidade ao crescimento comercial não apenas da atual região metropolitana, como também de regiões como Rio Grande e Pelotas⁴. Considerando esta necessidade de profissionais para atuarem no comércio, as primeiras evidências da contabilidade no estado são associadas por Barbosa e Ott (2013) ao trabalho exercido por Sebastião Ferreira Soares (1820-1887), gaúcho, que concluiu o curso de Ciências Físico-Matemáticas na Escola Militar e, em 1845, por ordem de Caxias, passa a atuar na organização dos trabalhos estatísticos da província sul-rio-grandense.

O segundo elemento das “Primeiras Evidências” da contabilidade no RS está ligado ao ensino formal, mais especificamente ao *Collégio Emulação*. Apesar das poucas informações sobre esta instituição, é possível afirmar que ela represente um dos primeiros indícios de ensino formal de contabilidade no estado, ainda durante o período imperial. Sebastião Ferreira Soares e o *Collégio Emulação* são apenas uma amostra dentre os profissionais e instituições que podem ter existido entre 1850 e 1870, mas que não deixaram registros ou, caso contrário, ainda não foram localizados. Quando comparado ao contexto nacional, o início das primeiras evidências da contabilidade gaúcha coincide com a promulgação do Código Comercial do Império Brasileiro (1850) que, como visto anteriormente, gerou a necessidade de profissionais para atuarem na área contábil.

O segundo período pelo qual passa a contabilidade é chamado pelos autores de “Fortalecimento”, estando situado entre os anos de 1880 e 1909. Barbosa e Ott (2013) destacam o papel das organizações sociais representativas dos trabalhadores do comércio neste contexto, cuja classe comercial era composta por diferentes profissionais que nela atuavam, destacando-se os guarda-livros. No Rio Grande do Sul, assim como em outros estados brasileiros, esses profissionais começaram a organizar-se e posicionar-se perante a sociedade.

A primeira destas sociedades de ajuda mútua dos profissionais do comércio no estado é o “Club Caixeiral Porto-Alegrense”, que existiu até 1929. Depois deste ano, a associação deixa de existir, dando lugar a um segundo grupo, o “*Club de Guarda-Livros de Porto Alegre*”.

⁴ Na cidade de Pelotas, em 1902 é criada a Academia de Comércio de Pelotas que, em 1916, passa a se chamar Escola de Comércio de Pelotas (BARBOSA e OTT, 2013).

O clube é a primeira associação profissional puramente contábil da cidade, sendo fundado dentro do próprio “*Club Caixeiral Porto Alegre*”. Existem poucas evidências do grupo, e acredita-se que suas atividades tenham durado até o início do século XX.

Juntamente com as associações profissionais criadas no período de fortalecimento da contabilidade, foram criadas instituições propriamente de ensino, destacando-se o Colégio Rio-Grandense⁵ e o Colégio Ivo Affonso Corresul⁶. A “Consolidação” da contabilidade no Rio Grande do Sul, para Barbosa e Ott (2013), se dá a partir de 1909, com a fundação da Escola de *Commércio* de Porto Alegre, que resultou na atual Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Ao longo do século XX, podemos observar no estado, a fundação de instituições escolares de significativa importância para o desenvolvimento do ensino comercial.

Como vimos anteriormente, foram realizadas diversas reformas referentes ao ensino comercial entre os anos de 1850 e 1971. Como essas diferentes reformas atingiram as Escolas Comerciais? Como as instituições adequaram-se a tantas mudanças? Como as reformas modificaram a formação de contadores/contabilistas? São estes questionamentos que guiam o próximo tópico, analisando-se especificamente instituições comerciais da cidade de Porto Alegre/RS, entre os anos de 1909-1982.

UMA ANÁLISE DE ESCOLAS COMERCIAIS DE PORTO ALEGRE/RS (1909-1982)

Antes de adentrar no estudo específico das instituições escolhidas para análise, gostaria de destacar alguns elementos de cunho teórico-metodológico. Saliento que os referenciais serão utilizados em articulação com os dados empíricos, o que é entendido para Ball, Maguirre e Braunn (2016) como uma escolha metodológica de trabalho.

Desta forma, não apresentarei um tópico específico para o referenciais teóricos e para a apresentação dos documentos, estando ambos distribuídos ao longo da análise proposta. Destaco apenas que o referencial teórico empregado está ligado à História Cultural e à História da Educação e Cultura Escolar. Dentre os teóricos da História Cultural, destacam-se

⁵ O Colégio Rio-Grandense foi fundado em 1876, e antes de 1894 já oferecia ensino comercial, embora não se possa precisar o ano exato em que teve início tal oferta. Inicialmente, a instituição funcionava na Rua Sarmiento Leite, Centro de Porto Alegre (BARBOSA; OTT 2013).

⁶ Fundada em 1894, a escola recebeu o nome de seu fundador, professor Ivo Affonso Corseuil. Além do curso primário, o Colégio Ivo Affonso Corseuil oferecia aulas noturnas de escrituração mercantil, ministradas pelo professor Joaquim Xavier Carneiro.

Burke (2005), Chartier (2002), e Ginzburg (1989), e dentre os referenciais da História da Educação e Cultura Escolar, utiliza-se Julia (2001), Viñao Frago (1995), Nosella e Buffa (2009) e Stephanou e Bastos (2005). Os documentos são diversos, sendo escritos, iconográficos e orais (RICOEUR, 2007), analisados a partir de metodologias específicas: análise de periódicos (LUCA, 2005), História Oral (ALBERTI, 2004; GRAZZIOTIN, ALMEIDA, 2012), análise de Imagens (MAUAD, 1996), entre outros.

Considerando o questionamento anteriormente proposto, acerca das modificações causadas pelas reformas do ensino nas escolas comerciais de Porto Alegre, inicia-se o trabalho de localização destas instituições. Após uma longa trajetória em busca por indícios ou fragmentos (GINZBURG, 1989) destas escolas, percorrendo diferentes acervos, buscando em sítios eletrônicos, em livros, teses e dissertações, chega-se ao levantamento de algumas delas. De forma geral, as características das principais instituições encontradas podem ser observadas no quadro:

Quadro 1: Instituições de Ensino Comercial no RS (Porto Alegre) criadas na primeira metade do século XX.

| Instituição | Fundação | Fundadores | Fechamento/ Modificação | Alunos Formados |
|---|-----------------|--|---|---|
| Curso Comercial Mauá | Dezembro/ 1901 | Oscar Canteiro | 1980 | Aprox. 700 |
| Escola de <i>Commércio</i> de Porto Alegre. | 1909 | Manoel André da Rocha, Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch | 1934 (Universidade de Porto Alegre) 1950 (Federalização) 1970 (Autonomia) 2008 (Instituto Federal) | Até o ano de 1978: 1976 ⁷ formados |
| Curso Técnico do Professor Augusto Menegatti | 1917 | Augusto Menegatti Linda Vighi Menegatti, | | |
| Curso Comercial do Colégio Rosário ⁸ | 1928 | Irmão Afonso | | |

⁷ É importante destacar que esse total corresponde aos formados até o ano de 1978, uma vez que, para além desta data, ainda não localizou-se as fontes. Além disso, vale lembrar que, ao longo da história, a habilitação de técnico em contabilidade passou por diferentes nomes. Dessa forma, entre os anos de 1911 e 1931 foram formados 138 profissionais no chamado Curso Geral; entre 1934 e 1947 foram formados 403 profissionais no curso de Perito-contador e, entre os anos de 1948-1978 foram 1435 no curso Técnico em Contabilidade, totalizando 1976 formados.

⁸ O No ano de 1931 a instituição passa a oferecer o Curso Superior de Comércio, sendo essa data tomada como marco fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). No ano de 1934 é criada, a



| | | | | |
|--|------|------------------------|------|-----|
| Escola Técnica Comercial do Colégio Farroupilha | 1950 | Sven Robert Schulze | 1983 | 853 |
|--|------|------------------------|------|-----|

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: Barbosa e Ott (2013); Vizentini (1979); Rech (2015); Rodrigues (2004); Clemente (2011); Silva (2017).

Como podemos observar, o quadro apresentado encontra-se em construção, carecendo de algumas informações fundamentais para a análise da história destas instituições. Desta forma, o estudo aqui apresentado está em construção. Neste momento, serão analisadas as duas primeiras instituições apresentadas, o Curso Comercial Mauá e a Escola de *Commércio* de Porto Alegre.

CURSO COMERCIAL MAUÁ

Uma das primeiras instituições do século XX, fundada em Porto Alegre, segundo Barbosa e Ott (2013), tem suas origens na “Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre”, definitivamente instalada no dia 2 de fevereiro de 1900, com inspiração direta na “Associação de Empregados no Comércio do Rio de Janeiro”. Inicialmente instalada na Rua 7 de setembro, no Centro de Porto Alegre, muda-se para prédio próprio em 25 de março de 1903, funcionando neste local até o seu fechamento (1980). Em maio de 1900 a associação passa a oferecer aulas de português, francês, alemão, inglês, Contabilidade e escrituração mercantil, e em dezembro de 1901, por iniciativa do Sr. Oscar Canteiro, o curso passa a se chamar Escola Mauá, posteriormente denominada de Curso Comercial Mauá. Ainda no ano de 1901, os primeiros alunos da Escola Mauá receberam o seu diploma de Guarda-Livros. Segundo os autores, na segunda metade do século XX a escola foi vendida para a iniciativa privada, tendo oferecido o curso comercial até meados da década de 1980, formando ao total, cerca de setecentos profissionais.

A história do Curso Comercial Mauá é particularmente interessante, pois quando se analisa o período de sua existência (1900-1980), em comparação ao contexto nacional, é possível observar que a instituição passou por grande parte das modificações que o Ensino Comercial sofreu no Brasil, perpassando o reconhecimento pelo governo federal do Ensino Técnico Comercial em 1926, a regulamentação da profissão de contador em 1931, as Leis

partir do Instituto Superior de Comércio, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Para saber mais sobre o Colégio Rosário, o curso comercial e a criação da PUCRS, ver: RODRIGUES, 2004; CLEMENTE, 2011.

Orgânicas do Ensino Comercial de 1943, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e pela configuração do Ensino Comercial como habilitação em Técnico de Contabilidade com a Reforma do Ensino de 1971. No entanto, te o momento, ainda não localizaram-se documentos que permitam uma análise da história da instituição em relação às Reformas citadas.

ESCOLA DE COMMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

A “Consolidação” da contabilidade no Rio Grande do Sul, para Barbosa e Ott (2013), é a partir da fundação da Escola de *Commércio* de Porto Alegre, que resultou na atual Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS⁹. De acordo com os autores, esta escola origina-se a partir da atuação de Manoel André da Rocha (diretor da Faculdade de Direito), Leonardo Macedonia Franco e Souza (secretário da Faculdade de Direito) e de Francisco Rodolfo Simch (professor da Faculdade de Direito), que teriam proposto sua criação.

A Escola de *Commércio* de Porto Alegre é objeto de estudo de Vizentini (1979), na obra “*Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio 1909-1979: a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS*”. O livro é fruto das comemorações dos setenta anos de existência da instituição, sendo o autor um dos membros do corpo docente da mesma. Ao analisar a história da escola, Vizentini (1979) propõe uma periodização em quatro fases: “Da criação à Integração à Universidade de Porto Alegre (1909-1934)”, “Da Universidade de Porto Alegre à UFRGS (1934-1950)”; “Da Federalização à Autonomia (1950-1970)”; “Da Autonomia aos dias atuais (1970-1979)”.

Ao estudar o contexto de criação da escola, Vizentini (1979) procura entender os elementos que teriam propiciado tal fato. A partir da análise de jornais da época, o autor afirma:

A análise de todos esses elementos nos leva a concluir que os setores comerciais e industriais da região estavam em plena expansão, e a carência de mão-de-obra acentuava-se ainda mais, devido à inexistência de cursos superiores na área econômica e comercial. [...] O positivismo, como bem sabem os leitores, apregoava a necessidade de incrementar o ensino técnico

⁹ Quando a Escola de *Commércio* é fundada em 1909, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul ainda não havia sido criada. O que existiam eram escolas/faculdades isoladas, como a Escola de Farmácia, a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito. Em 1934 as escolas/faculdades são reunidas formando a Universidade de Porto Alegre, que em 1947 passa a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul e em 1950 é federalizada. Para saber mais sobre a trajetória da Universidade, e especificamente sobre a Faculdade de Ciências Econômicas, ver: FONSECA; CARRION (2006).

para imediata absorção no mercado de trabalho como condição necessária para promover-se o desenvolvimento nacional [SIC] (VIZENTINI, 1979, p. 9).

O trecho mostra a criação da instituição como fruto da necessidade de mão de obra para atuar na área econômica e comercial, uma vez que os setores industriais e comerciais da capital estavam em pleno desenvolvimento. Sendo assim, a escola teria a função de formar os profissionais que atuariam na administração dos novos espaços que surgiam.

Outro ponto que merece destaque na citação de Vizentini (1979) é atenção dada pelo positivismo¹⁰ ao ensino técnico, visto como condição para promover o desenvolvimento nacional. Segundo Fonseca e Carrion (2006), na época de fundação da Escola de *Comércio* (1909), a predominância do pensamento positivista nas elites gaúchas fez com que o estado se diferenciasse dos demais nos aspectos da educação. Enquanto os outros estados valorizavam as disciplinas teóricas e de formação humanística, no caso das elites gaúchas predominava o ensino científico e técnico, sendo os primeiros cursos superiores fruto do que hoje chamaríamos profissionalizantes. O caráter técnico do ensino defendido pelas elites gaúchas mostra uma particularidade do estado, que se contrapõe a afirmação de Schwartzman (2005), para quem o ensino comercial era uma alternativa para os membros de classe menos favorecidas.

Neste contexto de expansão dos diferentes setores, Vizentini (1979), assim como Barbosa e Ott (2013) atribuem à Faculdade de Direito de Porto Alegre a iniciativa de criação da Escola de *Comércio*, que é fundada com dois níveis de formação, sendo um curso geral e outro superior, ambos com dois anos de duração.

O curso geral entrou em funcionamento no ano de 1910, habilitando os alunos para as funções de cargo na Fazenda sem concursos e as funções de guarda-livros e perito judicial, enquanto o curso superior habilitava para o acesso sem concurso aos cargos do Ministério das Relações Exteriores, Corpo Consular, Atuário de Companhias, chefe de Contabilidade de Empresas Bancárias e Grandes casas Comerciais. Em 31 de dezembro de 1910, o curso geral passou a ter três anos.

¹⁰ De acordo com José Murilo de Carvalho (1998), o positivismo pode ser pensado no Brasil a partir da noção de “circulação de ideias”, uma vez que importamos mais do que criamos. O autor argumenta que a incorporação de sistemas e valores é seletiva, configurando a complexidade desse fenômeno. A partir desta complexidade, José Murilo de Carvalho destaca a existência não de um, mas de vários positivismos, que já chegam fragmentados no Brasil. Além da variedade de positivismos no Brasil, o autor destaca a diversidade de grupos que o importou, sendo o grupo de maior peso os técnicos cientistas (engenheiros, médicos, matemáticos, entre outros), e militares.

Quanto às disciplinas que compunham o curso, Barbosa e Ott (2013) destacam que são aquelas estipuladas pelo Decreto Federal nº 1.339, de outubro de 1905, anteriormente destacado. Quanto à equipe dos primeiros professores do Curso Geral, era formada por profissionais dos quais alguns já possuíam alguma experiência no ensino comercial. Ainda segundo os autores, a Escola de Comércio de Porto Alegre se reestruturou a partir do decreto nº 20.158, de 1931, também destacado anteriormente. A partir desta data, o estabelecimento passa a oferecer o curso propedêutico e os diferentes técnicos estabelecidos em lei: técnico de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador. Além disso, a instituição comportava o curso superior de administração e finanças.

A segunda fase da instituição, segundo Vizentini (1979), inicia a partir da criação da Universidade de Porto Alegre, em 1934, quando a Faculdade de Direito e a Escola de Comércio passam a ser custeadas pelo Estado. No ano de 1945, a Escola de Comércio da Universidade de Porto Alegre é transformada em Faculdade de Economia e Administração, sendo desvinculada da Faculdade de Direito, e dando início a um momento de crise, onde muitos professores aceitaram lecionar mesmo sem auferir rendimentos. No ano de 1939, o Curso Técnico de Perito-Contador é substituído pelo de Contador, que em 1948 dá lugar ao Curso Técnico de Contabilidade.

A terceira fase da instituição, “Da Federalização (Anexa à Faculdade de Ciências Econômicas) à Autonomia (1950-1970)” tem sua origem com a integração da Faculdade de Economia e Administração ao sistema federal, sob a denominação de Faculdade de Ciências Econômicas. A partir de então, a Escola Técnica de Comércio passa a ser mantida pelo governo Federal. Segundo o autor, esse é um período de prosperidade da escola, que passa a oferecer cursos especiais para servidores públicos e cursos por correspondências para aqueles que moravam no interior do estado. No ano de 1956 instala-se nas dependências da escola a Inspeção Regional do Ensino Comercial, e, em 1954, é instituída a ‘Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Comercial’, com o objetivo de aprimorar e difundir o ensino comercial pelo país.

A quarta e última fase, caracterizada por Vizentini (1979), tem início em 1970, quando a Escola Técnica de Comércio ganha autonomia em relação à Faculdade de Ciências Econômica, passando a ser vinculada ao Centro Integrado de Educação Primária e Média, ligado à Faculdade de Educação, com orçamento próprio. Mesmo que tenham os anos 1970

iniciado de forma difícil para a escola técnica, uma vez que algumas de suas funções foram designadas à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, duas novas habilitações foram oferecidas neste período, sendo Curso Técnico em Operador de Computadores, em 1975, e o Curso Técnico em Transações Imobiliárias, em 1976. Até 1979 a instituição contava com os cursos técnicos em contabilidade, administração e secretariado.

A partir do dia 18 de julho de 2008, o Conselho Superior da UFRGS aprovou a desvinculação da Escola Técnica de Comércio, visando constituir um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. No dia 30 de dezembro do mesmo ano, com a publicação da Lei 11892/2008, foram criados 38 Institutos Federais no País. A partir de então, a Escola Técnica passa a constituir-se como Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campos Porto Alegre⁴⁹. Depois disso, a instituição passa a oferecer onze cursos de formação técnica, sendo eles: Curso de analista de processos (química), biblioteconomia, biotecnologia, contabilidade, gestão, monitoramento e controle ambiental, redes de computadores, secretariado, segurança do trabalho, sistemas de informação e transações imobiliárias.

PRÓXIMOS PASSOS DA PESQUISA

Como apresentei no início deste percurso, a proposta deste texto consistia em analisar como as diferentes reformas do ensino comercial interferiram na História e Cultura Escolar das escolas comerciais da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Após apresentar a trajetória das leis que regularam essa modalidade de ensino no Brasil, bem como a trajetória da profissão de contador no Rio Grande do Sul, optei em apresentar algumas das principais instituições comerciais de Porto Alegre.

Tomando duas instituições como estudo, algumas características de ambas puderam ser analisadas e discutidas. No entanto, o caráter inicial da pesquisa ainda não permite atender ao objetivo proposto. Desta forma, o estudo continuará a partir da coleta de novos indícios das diferentes escolas, indícios que permitam identificar traços da cultura escolar e das modificações feitas nas mesmas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar:** Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BALL, Stephen. MAGUIRRE, Meg. BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas:** Atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes; OTT, Ernani. **A Origem da Contabilidade no Rio Grande do Sul:** primeiras evidências, fortalecimento e consolidação. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2013.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. O Positivismo Brasileiro e a importação de ideias. In: GRAEBIN, Cleusa; LEAL, Elisabete (Org.). **Revisitando o Positivismo.** Canoas: LaSalle, 1998. p. 13-27.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. 2 ed. Tradução: Maria Manuel Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. As aulas de comércio no Império luso-brasileiro: o ensino prático profissionalizante. In: JORNADA SETECENTISTA, 7., 2007, [s.d.]. **Anais...** 2007. p. 267-276.

CLEMENTE, Elvo. **Pilares da PUCRS.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 21-38.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CARRION, Otilia Beatriz Kroeff. O Ensino de Economia na UFRGS. In: **Análise**, Porto Alegre. V. 17, n.2, jul./dez. 2006. p. 284-296.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia a história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória:** reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** SBHE. N.1, jan-jun 2001. p. 9-43.

LOPES DE SÁ, Antônio. **História Geral da Contabilidade no Brasil.** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, n° 2, 1996, p. 73-98 (versão online p. 1-15).

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. **Instituições Escolares**. Por que e como pesquisar. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

RECH, Gelson Leonardo. **Escolas Étnicas Italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938): A Formação de uma rede escolar e o Fascismo**. Pelotas, 2015. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Nadir Bonini. **Colégio Marista Rosário: Lições para a vida inteira (1904-2004)**. Porto Alegre: CMC, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova **Fronteira**, 2005. p. 9-51.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **A Gênese de um Espaço Profissional: A Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983)**. Porto Alegre, 2017. Dissertação (Mestrado) - Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e História da Educação. In: _____ (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. VIII – Século XX: Vozes, 2005. p. 416-429.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural. Possibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 0, set. dez., 1995, p. 63-82.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Do Curso Geral à Escola Técnica de Comércio 1909-1979: a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS**. Porto Alegre, 1979.